

Ministro conhecia denúncias de cobrança de propinas por pastor

Gabinete paralelo

# Ministro admite que recebeu relatos de propina no MEC envolvendo pastor

Milton Ribeiro diz que teve conhecimento de 'conversas estranhas' relacionadas a Arilton Moura; ele participou de ao menos sete reuniões com religiosos após a denúncia

EDUARDO GAYER  
LAURIBERTO POMPEU  
BRASÍLIA  
LEVY TELES  
SÃO PAULO

Após receber denúncia de cobrança de propina envolvendo pastores, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, teve pelo menos sete reuniões com os investigados. Ontem, ele admitiu que teve conhecimento de "conversas estranhas" do pastor Arilton Moura, envolvendo recursos do ministério para escolas. As condutas do ministro e dos pastores Arilton e Gilmar Santos se tornaram alvo de um pedido de abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) apresentado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras (*mais informações nesta página*). O Tribunal de Contas da União (TCU) também abriu investigação.

Como revelou o *Estadão*, os pastores operavam uma espécie de gabinete paralelo no MEC. O prefeito Gilberto Braga, do município de Luís Domingues (MA), relatou ao jornal que o pastor Arilton, na presença de Gilmar Santos, teria cobrado propina em ouro para facilitar acesso ao ministério.

Em entrevista à CNN Brasil, o ministro disse que recebeu relatos e também uma denúncia anônima sobre pedidos de recursos feitos pelo pastor em troca de benefícios no MEC, em agosto de 2021. Ele disse

que repassou o caso à Controladoria-Geral da União (CGU).

O ministro da CGU, Wagner Rosário, confirmou ao *Estadão* abertura de investigação em setembro do ano passado após solicitação de Ribeiro. Em nota, a CGU informou que sua apuração constatou "possíveis irregularidades cometidas por terceiros", mas não de agentes públicos. O *Estadão* apurou que o investigado é o pastor Arilton. A Controladoria repassou o caso à Polícia Federal por haver indício de

**Congresso  
Bancada evangélica  
rachou; parte defende  
a saída de Ribeiro da  
pasta da Educação**

"oferta de vantagem indevida" para liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A CGU abriu uma nova apuração a partir das informações divulgadas pela imprensa.

**ENCONTROS.** O ministro da Educação confirmou que, mesmo após receber a denúncia, seguiu recebendo Arilton no MEC, mas alegou que deixou de participar de reuniões externas com ele. Em entrevista à TV Record, ele deu outra versão: foi apenas um encontro, mas sem dizer se dentro ou fora do ministério. "Recebi uma vez, apenas. Por que? Porque a



Milton Ribeiro diz que repassou denúncias a CGU em setembro

investigação é sigilosa", disse à TV Record.

Levantamento feito pelo *Estadão* mostra, no entanto, que o ministro teve cinco reuniões com o pastor no MEC e ao menos duas fora da Pasta após ser informado da suspeita de irregularidade. Uma delas em outubro de 2021 em Camboriú (SC). Na ocasião, o ministro ressaltou em discurso a amizade "ao pastor Gilmar e Arilton, que estão lá em Brasília mais perto".

**'ENGANADO'.** Ribeiro afirmou que se ocorreu alguma cobrança de propina foi sem seu conhecimento. "Se provar que eles fizeram, fui enganado", de-

clarou à CNN Brasil. Segundo Ribeiro, ele seguiu se encontrando com o pastor Arilton apenas no ministério para não prejudicar as investigações que corriam em sigilo. Disse também que, a partir de então, se limitou a tirar "fotos com prefetos". Depois encaminhava o pastor para o FNDE, o órgão que seria alvo da intermediação com suposta cobrança de propina pelo religioso.

Durante a entrevista, o ministro negou que os pastores tenham viajado com ele no avião da FAB. "Jamais esses pastores viajaram comigo na minha comitiva. Nunca entram em um avião da FAB", dis-

se à CNN Brasil.

O MEC respondeu, no ano passado, via Lei de Acesso à Informação, a um questionamento sobre "voos da FAB em que ministro esteve presente" entre julho de 2020 e junho de 2021. A pasta divulgou uma planilha que registrou o pastor Arilton Moura como "convidado do MEC" em um voo da FAB, no qual também estava Ribeiro, em maio de 2021.

Ribeiro confirmou que Bolsonaro pediu para ele receber os pastores no MEC, mas negou que o presidente tenha solicitado tratamento privilegiado. As explicações do ministro ainda não convenceram a bancada evangélica, que rachou. Parte defende a saída de Ribeiro do cargo, parte ainda quer que ele dê esclarecimentos.

O deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, disse que as explicações públicas dadas até o momento pelo ministro não foram suficientes. "Solicitamos que ele possa de outra forma, por coletiva de imprensa, live, como ele achar melhor, continuar outros esclarecimentos", disse.

Ontem, o ministro ligou para o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dizendo que estava disposto a falar. Também se dispôs a comparecer em audiência na Comissão de Educação do Senado para se submeter a questionamentos. Procurado, o pastor Arilton não respondeu. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 11